Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Pequenas Centrais Hidrelétricas Usinas Figueira Branca, Santana e Niágara", de responsabilidade de Hidrotérmica S/A, realizada em 19 de abril de 2011 na cidade de Ourinhos

Realizou-se, no dia 19 de abril de 2011, às 17 horas, no Teatro Municipal Miguel Cury, na Rua Nove de Julho, 496, Centro, Ourinhos/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Pequenas Centrais Hidrelétricas Usinas Figueira Branca, Santana e Niágara", de responsabilidade da Hidrotérmica S/A (Proc. SMA 256/2009). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Carlos Alberto de Carvalho, Prefeito do Município de Águas de Santa Bárbara, e Ariovaldo Antonio Gregório, Vice-Prefeito do Município de Águas de Santa Bárbara, Otávio Bernardo Mendonça, Vice-Prefeito do Município de Caritar –, do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Edvaldo Lúcio Abel, Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor 1º Tenente Macedo, Comandante da Polícia Militar Ambiental –, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Pequenas Centrais Hidrelétricas Usinas Figueira Branca, Santana e Niágara", de responsabilidade da Hidrotérmica S/A (Proc. SMA 256/2009). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados a seu respeito. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que só

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, representante da área de licenciamento ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, a geóloga Fernanda Amaral Dantas Sobral, vinculada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental/CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ela, Secretária-Executiva Adjunta, e integrada também por um representante do CONSEMA, quando estes estavam presentes. Oferecidas essas explicações, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Alessandro Domenico, representante da Hidrotérmica S/A, declarou, inicialmente, que a audiência pública que se desenvolvia e duas outra já realizadas, Água de Santa Bárbara e Santa Cruz do Rio Pardo, fazem parte do processo de licenciamento ambiental, evento este em que, além de apresentados o projeto e as análises que integram o EIA/RIMA, são respondidos questionamentos e dirimidas dúvidas, e que tudo que, nessa oportunidade, não for respondido o será, posteriormente. Passou a oferecer breve histórico da empresa desde sua fundação e de sua participação na sociedade, marcada pelo incentivo à realização de atividades de educação ambiental, de turismo ecológico e do uso múltiplo das bacias hidrográficas. Esclareceu que as hidrotérmicas apostam na negociação de crédito de carbono proposta pela ONU e que essas pequenas centrais hidrelétricas são elegíveis para certificação nesse mercado. Acrescentou que, só depois de ter seu projeto básico aceite e anuído pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEL, a Hidrotérmica contratou empresa para elaboração dos estudos ambientais, que passarão a ser apresentados de forma resumida. George Alfredo Lugitano, membro da equipe de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais, ofereceu uma breve síntese de todas as análises que compõem o EIA/RIMA. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Edélcio de Oliveira, representante da Associação dos Engenheiros de Santa Cruz do Rio Pardo, observou, inicialmente, que considerava a audiência um ato político e sinal de que se estava a caminho da democracia. Observou que Santa Cruz do Rio Pardo foi contemplada com duas usinas, de uma forma "meio goela abaixo", postura esta muito comum ao Estado socialista, mas se fingia que tudo se dava de forma "política e democraticamente correta". Observou haver um problema na calha que dará lugar, se aumentar o nível da Represa Santana, ao surgimento de um lago na região de Canitar, Chavantes e Santa Cruz, que, até esvaziar-se, levará cerca de vinte dias. Acrescentou que terá lugar também um processo de erosão nas margens dos rios. Julio Cezar Benato, presidente do Diretório do Partido Verde – seção de Ourinhos,comentou que a região contribuía com o Estado e com o País no tocante à produção de energia, porque já se encontravam em funcionamento as hidrelétricas Canoas, Salto Grande, Xavantes, Piraju e Jurumirim. Observou que, na época do verão, com o aquecimento, o espelho d´água contribui para o aumento da umidade do ar, o que torna a temperatura da região cada vez mais quente, concorrendo para o aumento do consumo de energia com o uso de ventilador, ar condicionador e refrigeração. Alegou que a população, principalmente a de baixo poder aquisitivo, não recebe qualquer compensação e igualmente não tem condição de ter esses utensílios que amenizam o mal estar causado pelo calor. Pontuou que outra preocupação era a diminuição da velocidade de água, o que torna necessário proceder-se o tratamento de esgoto não só em Canitar, como também em outras cidades. Edson Piroli, vinculado à Universidade do Estado de São Paulo – UNESP e que desenvolve pesquisa no Rio Pardo com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, declarou ter elaborado uma lista de questões, para a qual contribuíram alguns colegas, a qual passou a ler e, simultaneamente, a fazer comentários acerca, por exemplo, dos problemas que surgirão nas

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

novas margens do reservatório, no caso de esse empreendimento ser implantado, porque, como se sabia, as margens do rio possuem estruturas construídas ao longo dos milhões de anos do Planeta e, de repente, todas essas estruturas serão retiradas para se formar uma nova margem, e as conseqüências das alterações são as mesmas que ocorrem nos inúmeros reservatórios do País. Argumentou que há milhares de exemplos que ilustram essas conseqüências, entre outros o fenômeno da erosão nas novas margens cujo efeito imediato é o assoreamento do leito do rio, o que, por sua vez, provoca problemas até mesmo nas turbinas das hidrelétricas. Outro aspecto que trouxe à baila diz respeito ao potencial de emprego que esse rio, sem barramento, representa para a população, como o turismo, o cultivo de abelhas nativas e a preservação de aves cujos ninhos são por elas feitos na parte oca das árvores. Lembrou que há legislação que impede a modificação ou a destruição de ninhos e de abrigos de espécie das faunas, e a essa observação seguiu-se o questionamento sobre os efeitos que poderão se abater sobre os peixes e demais espécies da fauna que igualmente habitam na proximidade do rio, precisamente onde serão construídas as barragens. Fez críticas ao comentário acerca dos mamíferos existentes na área – às páginas 65 do RIMA – porque, como todos sabiam, eles se movimentam, o que o leva a duvidar de que seriam suficientes apenas dois "plantamentos". Outra questão por ele abordada disse respeito à obediência ao disposto pela legislação sobre plantio de vegetação, levados em conta quando da plantação de oitenta espécies florestais nativas, como as epífitas, os cipós, líquens, fungos e outras espécies que habitam normalmente o ecossistema de mata ciliar. Fez alusão também ao solo desse ecossistema, que são hidromórficos, e à impossibilidade de se valorar monetariamente as cachoeiras e corredeiras que serão inundadas, momento em que perguntou sobre a previsão para a recomposição do sistema da mata ciliar, levando-se em conta que as espécie nativas podem levar centenas de anos para atingir sua maturidade. Outra questão por ele abordada disse respeito ao modo como a empresa quantifica o volume da mata ciliar que será cortada, o que será feito com a madeira que dela será extraída, cujo corte deverá levar em conta que a legislação estabelece que, se forem suprimidos aproximadamente seiscentos hectares, serão liberados alguns milhões de tonelada de carbono, o que contribui para o aquecimento global. Observou que as estruturas serão implantadas só depois da licença prévia, e que elas não deixam de ser uma temeridade para a sociedade. Questionou como serão definidas as áreas florestais prioritárias e qual a legitimidade de se cortar essa vegetação para se implantar uma hidrelétrica. Questionou o valor do ICMS que será gerado em cada um dos sete municípios atingidos pelo empreendimento, como serão ressarcidos os prejuízos dos negócios localizados ao longo do rio, cuja continuação será impedida pela sua inundação, e quantos empregos serão gerados com o fechamento desses negócios localizados nas áreas inundadas próximas do rio. Perguntou também sobre a produção e geração de recursos, inclusive de impostos, das áreas reprodutivas das propriedades que serão alagadas, cuja extensão é dois mil, quinhentos e quarenta e um e setenta hectares. Questionou ainda: quais serão os gastos que a Prefeitura terá com o atendimento básico, ou seja, com educação, saúde e segurança e a infraestrutura necessária para os trabalhadores e suas famílias que virão de outros lugares para trabalhar na construção da represa; de onde será retirado o material necessário para a construção da barragem e se foi avaliado o impacto que essa retirada causará. Ao concluir perguntou por que não buscar metodologia alternativa para geração de energia, em vez de destruir ecossistemas, comprometer a vida da população e também seu futuro, entregando um patrimônio natural de que todos atualmente usufruem para o proveito de algumas pessoas e sem o esclarecimento da contrapartida oferecida. Luiz Carlos Cavalchuki, representante da entidade Rio Pardo Vivo, declarou inicialmente que reiterava os comentários que fez na audiência de Santa Cruz do Rio Pardo, quando

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

afirmou considerar uma covardia o que fizeram com a população da região, ao deixar disponíveis os estudos ambientais durante apenas trinta dias, tempo insuficiente para se decidir sobre o futuro da região, até mesmo porque ninguém sabe o valor do Rio Pardo do qual a população de Ourinhos se abastece. Argumentou que várias cidades da região pretendem privatizar esse manancial, pois, ao instalar nele as termelétricas, será impedido qualquer acesso a ele, desprezando-se, assim, seu grande potencial turístico. Argumentou sobre a necessidade de se repensar sua instalação, por um lado, porque as usinas de açúcar já produzem a energia para o seu consumo, e, por outro, porque não se pode jogar fora o patrimônio fantástico que é a beleza de Salto de Canitar. Antonio Salvador Consalter, Presidente do Sindicado Rural de Santa Cruz do Rio Pardo, declarou que participou das audiências públicas realizadas em Águas de Santa Bárbara e Santa Cruz do Rio Pardo, oportunidade em que apresentou vários números, os quais são contestados pelo setor, e que solicitava à Secretária-Executiva Cecília Martins Pinto que garantisse que os dados levantados pelo sindicato fossem levados m conta, ou seja, transmitidos ao CONSEMA e à CETESB. Acrescentou que as cento e cinqüenta ou cento e noventa unidades produtivas de açúcar e álcool sofrerão intervenção do reservatório, isto é, serão por ele atingidas, motivo por que esse setor é contrário à implantação dessas três usinas hidrelétricas. Ao concluir reiterou que, em nome dos produtores de açúcar, alertava à população e os poderes instituídos sobre a ameaça que representa esse grande reservatório, o que torna necessário repensar e recalcular os vários números oferecidos. José Eduardo Pinha, representante do Projeto Alvorecer, comentou inicialmente que participou do comitê de bacias hidrográficas e da implantação das duas PCHs de Iaras e Santa Bárbara, e que, além das três que se encontram em fase de instalação, mais quatro estão sendo planejadas – para as quais não surgiu ainda nenhum interessado –, formando um total de nove. Observou que não sabe se é possível impedir a implantação dessas usinas, pois acredita que os interesses do poder econômico sempre prevalecem, mas luta para que sejam reduzidos os impactos ambientais. Informou que o Grupo Votorantin e a Companhia Brasileira de Alumínio já conseguiram a licença prévia do projeto de implantação de uma usina, de quarenta e quatro *megawatts*, mas que até agora nenhum de seus representantes visitaram a região. Acrescentou que o Instituto Chico Mendes deixa muito a desejar, e é ele que licencia e autoria a renovação de cinco em cinco anos da licença de operação. Por essas razões, pontuou, considera balela promover qualquer mobilização, mas que acredita que, se, por um lado, parece impossível impedir a construção, por outro deve-se exigir que efetivamente seja feita a recuperação ambiental. Ao concluir afirmou que a entidade que representa está à disposção para participar de outros eventos e de outras atividades. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Ana Maria Manzo Lamozo, declarou que falava também em nome da Escola Estadual Senhoria Camarinha, que possui 300 mil alunos, e também em nome da entidade Rio Pardo Vida. Declarou que, como educadora e representante dessa entidade, era contrária à implantação desses empreendimentos, tendo em vista os impactos ambientais que eles promoverão na região. Declarou que sua história com o rio é muito íntima e data de sua adolescência e juventude, pois, como muitas pessoas que vêm de outras regiões, nos fins de semana, feriados e férias, descia o rio de bóia, atividade esta considerada um lazer muito saudável. Declarou que se preocupava também com as espécies que sofrerão com os alagamentos, as quais habitam a região do Niágara, que possui relevante mata nativa e concentra bugio, tucanos e outras várias espécies – inclusive algumas que são vistas apenas através de microscópio e cuja sobrevivência, também, será ameaçada com a construção e funcionamento das hidrelétricas –, pois todas juntas se interligam e constituem ecossistemas. Declarou que se preocupava também com a população ribeirinha, que sofre muito por ocasião das

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

cheias, e que a construção desses empreendimentos teria repercussão por todo o resto da vida, e que não se tinha direito de promover todas essas mudanças. Observou não ter sido explicado como a população terá acesso a todos os bens que foram anunciados nem tampouco foi apresentado o projeto sobre a escada de peixes. Ao concluir pediu que deixassem o Rio Pardo em paz. José Braga Sampaio declarou que foi funcionário da CESP e que sempre trabalhou na área de analise ambiental, e que estava decepcionado com o fato de os estudos ambientais não terem identificado nenhum exemplar de espécies ameaçadas de extinção na região, como, por exemplo, o Bugio da Guaripe, que, à época do enchimento da Hidrelétrica Canoas, foram identificados e retirados da região, o que provocou a morte de muitos deles e também da espécie de peixe chamada Tabarana. Esclareceu que a escada de peixe era só uma ferramenta de transposição da subida do rio, não garantindo a reprodução das espécies, motivo por que sugeria fosse implementada atividade para verificar onde elas estão desovando. Pontuou que o impacto ambiental deveria ser avaliado pelo total de reservatórios e que o plano de ocupação de suas margens e os usos turísticos devem ser antecipadamente definidos. Ao concluir declarou que, inquestionavelmente, várias espécies animais serão dizimadas. Alberto Takechi Suzuki declarou que não era hipócrita a ponto de afirmar que não necessitava de energia e que tomará banho frio todos os dias. Observou ser importante discutir outros aspectos, além da energia necessária para mover as indústrias. Declarou que é importante se preservar parte do patrimônio e que a Bacia Hidrográfica do Paranapanema era uma das poucas cujos rios ainda correm em seu curso natural. Observou que existem valores na região que não podem ser mensurados – como uma obra de arte, uma peça musical, um abraço, um salto do rio correndo em seu leito natural –, embora os técnicos e engenheiros se voltassem muito para os cálculos. Declarou que o Governo tem justamente a função de não deixar a sociedade agir de modo desenfreado, cada um fazendo o que quer e destruindo tudo o que existe – que o Governo tem a função de estabelecer uma medida, por possuir uma visão mais ampla da sociedade onde predomina um equilíbrio de valores. José Sanches Marinho declarou inicialmente que se inscreveu também como representante da Associação de Santa Cruz do Rio Pardo e que possuía propriedade às suas margens. Argumentou que, como dissera seu antecessor, era importante que houvesse equilíbrio de valores na implementação de projetos que, como esse, mexe com a sociedade de forma muito forte. Argumentou que havia uma ligação histórica entre Santa Cruz e o Rio Pardo, que promovia uma interação entre caráter e vida, entre o Rio Pardo e os cidadãos, e seu temor era que esses importantes aspectos não estivessem sendo considerados na elaboração desses projetos. Declarou que as pessoas mais envolvidas eram os produtores rurais, porque nada mais nada menos do que cento e cinco propriedades seriam atingidas, e que aqueles que perderão parte dela serão indenizados, embora ninguém saiba como serão feitos os cálculos. Argumentou que os proprietários estão transferindo para uma empresa patrimônios que valem aproximadamente 50 milhões de reais, e que os cálculos têm de ser analisados, além de tudo porque cada propriedade vendida implica diminuição de postos de trabalho, o que, do ponto de vista econômico, será desastroso. Acrescentou que o preocupava o fato de as prefeituras não verificarem isso em detalhes, ao abrirem a mão de um patrimônio fantástico por um imposto que não sabem exatamente qual seu montante. Teceu considerações sobre os animais que já viu em seu sítio, até mesmo onça pintada, espécie esta sobre a qual não foi feito levantamento. Argumentou que os valores morais têm que ter o mesmo peso nessas considerações e lembrou que, nesse dia, estava sendo homenageado o mais ilustre cidadão santacruzense, o sertanista Orlando Villas Boas, e que pedia uma salva de palmas para esse ilustre cidadão, fundador do Parque Xingu, indicado, por duas vezes, para o prêmio Nobel da Paz, e para quem consistiria uma traição a aprovação desse projeto.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Rafael Cortez depois de declarar que trabalhava em Ourinhos, estabeleceu paralelo entre a situação criada com a proposta de instalação das termelétricas e a da descoberta do Brasil. Lembrou que essa situação foi cantada pelo grupo Legião Urbana em música que relatava que os índios receberam dos descobridores presentes supérfluos e, em troca, ofertaram bens naturais muito valiosos e que até então lhes pertenciam. Observou que tal situação se repetia com a proposta dos empreendedores de trocar, com a população da região, o inestimável patrimônio natural do qual desfrutam, que é o Rio Pardo, por pequenos impostos. Declarou serem muito pertinentes as colocações feitas sobre o aspecto ético inerente a todas questões relacionadas com o meio ambiente e os comentários que fizeram menção à perda de emprego e à promessa dos empreendedores de que serão gerados seiscentos postos de trabalho, chamando atenção para a necessidade de se avaliarem sua qualidade e as condições em que serão realizados, para se ter a certeza se serão, efetivamente, empregos ou subempregos. Lembrou que o fato de o meio ambiente encontrar-se degradado não justifica os impactos que as hidrelétricas causarão, e que, se os empreendedores já tivessem vivenciado o prazer de descer uma corredeira do Rio Pardo, com a certeza teriam remorsos ao participar de sua remoção. Lembrou que a região dispunha da energia necessária, que se encontra superabastecida, pois o Rio Paranapanema está coberto de hidrelétricas, e que, se existe demanda de energia em outro local, que se busque nele fontes para supri-lo. Humberto Magnhani Neto declarou que também participava da entidade Rio Pardo Vivo, de Santa Cruz do Rio Pardo, e solicitou que o CONSEMA considerasse como pedido coletivo aquele formulado durante a audiência pública realizada em Santa Cruz do Rio Pardo, por meio do qual os cidadãos afirmaram, confirmaram e reiteraram sua insatisfação com o processo da audiência publica, e a própria deliberação que estabelece esse prazo. Declarou que dezenas de pessoas – a maioria delas – manifestaram seu desejo de que não fossem implantadas estas usinas ao longo do Rio Pardo, deixando claro que não queriam esses empreendimentos. Esclareceu que todas as termoelétricas em funcionamento na região são movidas à biomassa, a partir do reaproveitamento do resíduo da cana em fornalha, matéria-prima abundante na região e cujo plantio absorve os resíduos emitidos pelas termoelétricas, uma vez que a queima e o plantio formam uma equação cujo resultado é zero. Observou que, pelo que demonstram as audiências, as pessoas favoráveis à implantação das hidrelétricas não compareceram, porque, para elas, tanto faz, e que as pessoas que realmente se preocupam compareceram às audiências, e, além disso, manifestaram seu descontentamento. Os representantes da Associação Rio Pardo Vivo são favoráveis à preservação total do Rio Pardo, ou seja, são contrários à instalação de usinas – não querem que seja instalada uma única sequer ao longo do rio. Lembrou que, na última audiência, solicitou fosse elaborado estudo sobre o potencial turístico da região, pois atividades dessa natureza começam a ser nela desenvolvidas, principalmente na área compreendida desde Botucatu, Salto Grande, Avaré, Piraju até Santa Bárbara, ou seja, abarcando um trecho do Rio Pardo que é importante para o turismo, pois nele se encontram os lagos, as corredeiras, as cachoeiras, isto é, tudo aquilo que as pessoas querem ver e aquilo que atrai os turistas. Acrescentou que, ao mesmo tempo que se preserva esse trecho, se preserva o berçário do rio mais importante para a região. Reiterou que, por todos esses motivos, solicita seja elaborado esse estudo. Habib Jubran Jry declarou que procuraria ser o mais objetivo possível, pois apenas pretendia complementar as declarações feitas durante a audiência em Santa Cruz do Rio Pardo, que lavou a alma da população. Declarou que, com sua formação em engenharia, exercia a função de perito ambiental – contratado há pouco tempo pela Companhia Brasileira de Alumínio –CBA. Declarou também que se vivenciava uma situação de gargalo no que concerne à energia, em virtude da pretensão de se implementar um modelo econômico que já existe em todos os

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

lugares, mas, sem se importar, por exemplo, com o que acontece com a energia gerada, se irá ou não para o sistema nacional de energia como uma bolsa elétrica ou se será negociado com outras regiões, e cuja compensação são aquelas migalhas formais que todo mundo conhece. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Declarado pela Mesa Diretora dos Trabalhos que aceitava o pedido formulado por Pedro José Ferreira, Secretário de Meio Ambiente do Município de Ourinhos, qual seja, de manifestar-se, por motivo de força maior, em etapa precedente àquela destinada aos que, como ele, representam o Poder Executivo, esta autoridade inicialmente declarou que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente reivindicava fossem realizados estudos sobre as influências que a construção dessa usina causará na captação da água pelo município de Ourinhos, se realmente, é necessário construí-la; se seu funcionamento se dará de forma sustentável e se ela contribuirá para a geração de energia na região. Solicitou, ao final, fosse prorrogado o prazo de consulta aos estudos ambientais e, em decorrência, realizada mais uma audiência para discuti-los. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do CONSEMA e do COMDEMA. Antonio Luiz Meira, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Piraju, declarou que o trabalho ora realizado tinha o sentido de construção, e não visava atender a interesses particulares. Esclareceu que uma de suas preocupações era a saúde publica, a saúde coletiva, e que temia que voltassem a Piraju, como ocorreu quando da construção da última hidrelétrica, vetores epidemiológicos que causaram doenças, entre as quais a febre amarela, responsável pela morte de muitas pessoas. Chamou atenção para a necessidade de a Vigilância Epidemiológica elaborar estudos que fundamentem a adoção, em curto prazo, de medidas, e não só durante a operação da usina. Argumentou que, como esse estudo ainda não foi realizado e sua avaliação pela população da região era imprescindível, sugeria a realização de nova audiência, tão logo seja concluído. Sugeriu aos conselhos municipais e aos comitês de bacia que discutam essas questões, ouvindo os técnicos locais, uma vez que a CETESB, do ponto de vista tecnológico, não pode ser considerada a dona da verdade, e que esta instituição deveria levar em conta a contribuição oferecida pelos sociólogos, geógrafos e geólogos da região. Postulou também fosse avaliada a utilização de tecnologia que captura a energia solar e que recebe o nome de Stiller, e que, em 1916, quando foi produzida, não possuía viabilidade econômica, que agora talvez seja possível. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Carlos Alberto de Carvalho, Prefeito do Município de Águas de Santa Bárbara, inicialmente declarou que a população da região não era contrária à produção de energia e que ela acreditava na CETESB, em seus técnicos, no CONSEMA e na Secretaria de Meio Ambiente. Observou ser esta a terceira audiência publica da qual participa e que, pelo clamor publico, essas pequenas centrais não devem ser implantadas. Chamou atenção para o fato de já terem sido aprovadas duas Pequenas Centrais Hidrelétricas, e que a de Ponte Branca, no Município de Santa Bárbara, já recebeu licença de instalação. Pontuou que a implantação dessas PCHs é contemplada pelo Artigo 4º da Resolução ANEL nº 652, e que uma das preocupações que tinha, como executivo, dizia respeito à possibilidade de alagamento do município – uma vez que a represa localizava-se nas proximidades dele –, à elevação do reservatório do esgoto. Há questionamentos dos cidadãos a respeito do alagamento ou não de cascatas; a respeito da inserção da Estação de Tratamento de Esgoto em Águas de Santa Bárbara em área de preservação permanente, e da existência ou não de água medicinal em Águas de Santa Bárbara – e a respeito também do impacto da represa sobre essa água medicinal. Solicitou que, caso seja concedida licença prévia a esse projeto, ele seja encaminhado à Comissão de Cronologia do Departamento Nacional de Produção Mineral–DMPM, e que não seja esquecida a promessa aqui feita – mas que não consta dos

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

estudos – de que será construída uma ponte interligando os municípios de Óleo e Águas de Santa Bárbara, que é necessário para locomoção dos operários que trabalham para o Grupo Nova América. Acrescentou que o Município Águas de Santa Bárbara conta com a Estação Ecológica de Águas de Santa Bárbara, com a Floresta Estadual de Águas de Santa Bárbara, parque municipal, cachoeira, corredeira, represas, e que o município vizinho conta com a Floresta Estadual de Madure. Ao concluir, solicitou ao CONSEMA que, ao analisar esse projeto, dispense o mesmo carinho que dispensou com a Estação Ecológica de Santa Bárbara. Rosânea Cláudia Guerra, Secretária de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, declarou que reiterava o posicionamento de grande parte dos representantes, especialmente daqueles que teceram comentários sobre a não mensuração de bens naturais como o Rio Pardo cuja constituição – cachoeiras, saltos e corredeiras – exigiu o trabalho do Planeta por milhares de anos. Declarou também que o EIA/RIMA apresentado estava incompleto, até mesmo porque o alagamento terá repercussão regional, e não somente no território dos Municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Águas de Santa Bárbara e Canitar Xavantes. Argumentou que concordava com aqueles que defenderam fosse concedido maior prazo para que a população analisasse os estudos e, principalmente, aquilo que se discute, ou seja, o que se pretende construir no Rio Pardo, que mudará a sua cor e viço, na medida em que ele deixará de ser pardo e adquirirá uma cor turva. Declarou que o Ministério do Turismo e a Secretária de Turismo do Estado de São Paulo pretendem desenvolver um turismo regional, norteado pelas diretrizes defendidas pela população, e ser este mais um motivo para que as propostas ora discutidas sejam por todos conhecidas, principalmente pelos alunos, pelas crianças, inclusive através de imagens do Rio Pardo, para que tomem consciência de seu valor e do risco que está correndo esse excepcional bem da Natureza. Arceu Batista, Prefeito do Município de Canitar, declarou que conversou muito com a população, especialmente com os agricultores e empresários, e que, para eles, a construção da represa, por um lado, não afetará muito o meio ambiente – uma vez que serão adotados muitos cuidados – e, por outro, trará vantagens para o município, com o aumento de postos de trabalho e da arrecadação de impostos. Acrescentou que, com as hidrelétricas, jamais se correrá o risco que correu a população do Japão de ser vítima de um acidente nuclear. Argumentou que, no entanto, a população do município concorda que os estudos devem ser aprofundados – especialmente no que concerne à necessidade de plantio de mata ciliar, a ser utilizada pelos animais como refúgio – e deve ser concedido à população um prazo maior para analisá-lo e, se achar necessário, encaminhar propostas para seu aprimoramento. José Carlos de Oliveira, Secretário-Executivo do Gabinete do Prefeito do Município de Canitar, comentou que praticava a canoagem, já tendo participado até mesmo do campeonato brasileiro, e que conhecia bem, de ponta a ponta, os Rios Pardo, Paranapanema e Turvo. Argumentou que considerava uma afronta à Natureza, ao meio ambiente, a construção dessa obra. Solicitou à CETESB, ao CONSEMA, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que fizesse uma visita ao canteiro de obras da CBA e constatasse desleixo com que a Votorantim – e não a população nem os proprietários de chácaras, aos quais não interessava aquele desleixo –, abandonavam aí material de construção, pedras, entulhos, embora o projeto dessa empresa contemplasse a conservação e a limpeza. Asseverou que a implantação desse empreendimento deveria ser mais bem discutida, com vistas a melhorar um pouco mais esse projeto, e lembrou que a Casa de Força prometida ao Município de Canitar localiza-se no Município de Ourinhos, embora o lago se estenda em direção ao primeiro município em seus limites com o de Xavantes. Acrescentou que a ponte existente no Município de Canitar e que interliga o Estado de São Paulo com o do Paraná foi destruída, e nunca sofreu os reparos necessários, embora tenha sido

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

construída uma que passava por cima da barragem, para cujo acesso se faz necessário uma série de procedimentos, o que é muito dificultoso. Em última análise, ponderou, o Município de Canitar não obteve qualquer ganho ou benefício – a não ser os trezentos e vinte mil reais doados ao Projeto Votorantin –, porque nem mesmo foi cumprida a promessa feita por essa empresa de que seria instalada uma área de lazer, um *camping*, embaixo da barranca do rio. Passou-se à etapa das réplicas. Alessandro di Domenico, representante da Hidrotérmica, fez os seguintes comentários: 1º) que se chegava com PCH, com as áreas alagadas, com as compensações e a demanda apresentada de aprofundamento de informação, de análise de alternativa de energia como solar, que não é econômica para os produtores rurais, e que se precisava pensar também nesse aspecto: 2º) que, em relação a colocações gerais, a empresa não pode considerar ninguém como índio; 2º) que se fala de subemprego, mas não existe emprego que não tenha dignidade; 3º) que se estará disponível para realizar tantas reuniões quantas forem necessárias, para apresentar todos os dados e aprofundá-los; 4º) que esse grupo iniciou o projeto e não existia nenhuma legislação que impeça – apenas a diretriz de que o Rio Pardo deve ser prioritariamente conservado – e que, portanto, o grupo iniciou legitimamente esse processo ambiental, que, por sua vez, gera direitos, inclusive o de continuá-lo até promover o desenvolvimento sustentável, uma vez que o licenciamento ambiental é um instrumento de qualidade; 5º) que não há legislação determinando que a PCH Niágara não pode ser instalada; 6º) que, por um lado, o empreendedor respeita e valoriza as opiniões locais e, por outro, pode resolver não instalar o empreendimento; 7º) que qualquer interrupção de acesso, seja em estradas vicinais, alagamentos ou mangues, serão reconstituídos, ou seja, nenhum usuários ficará sem acesso, pois seria um absurdo, justamente nos dias que correm; 8º) que a avaliação das áreas obedecerá os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, mas os parâmetros utilizados para avaliação das propriedades, das benfeitorias, serão estabelecidos por uma comissão constituída por representantes do Poder Público, das lideranças locais e dos produtores rurais; 9º) que a empresa está e continuará à disposição para aprofundar os questionamentos que não foram respondidos, embora alguns deles não sejam concernentes à fase atual do licenciamento, que é o da avaliação da viabilidade ambiental, mas que, sem dúvida, aqueles que puderem ser antecipadamente respondidos o serão; 10º) que, com a finalidade de se esclarecer a comunidade, é possível realizar outras reuniões quer tenham o nome de audiência pública ou de consulta publica, e que, além disso, será implementado programa de comunicação social – com a edição de cartilhas e publicações e, até mesmo, de sua divulgação em jornais –, de modo que toda a população fique informada de todos os aspectos dos projetos e inclusive de seu andamento; 11º) que considera um trabalho interessante aquele realizado pela entidade Rio Pardo Vivo, por se tratar de uma linha de atuação muito importante, mas se faz necessário que o Poder Público ofereça apoio. Antonio Carlos de França, membro da equipe de consultoria responsável pela elaboração de EIA/RIMA, comentou: 1º) que se pode avançar e melhorar a sociedade brasileira; 2º) que, em relação à qualidade do estudo, não se tem a pretensão de ser imune a equívocos, embora se tenham a clareza e o entendimento de que os estudos estão completos e foram bem feitos, o que não impede que venha a necessitar de complementações no tocante a questões pontuais; 3º) que o processo de licenciamento se encontra em sua fase inicial, na etapa em que se analisa a viabilidade ambiental do projeto e que culmina na concessão ou indeferimento de pedido de licença prévia, tal como ocorreu com as Pequenas Centrais Hidrelétricas de Ponte Branca e São Francisco, e que, superada essa fase, o licenciamento se dá na etapa de detalhamento dos programas cujo término culminará com a concessão ou negação da licença de instalação; 4º) que eram acolhidas as críticas e as sugestões, porque a equipe quer crescer sempre

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

e crescer significa reconhecer e respeitar o entendimento que o outro tem a nosso respeito, dado que não somos absolutos; 5º) que, sem dúvida, trinta dias é um prazo que pode ser considerado pequeno para compreensão desse estudo, dada a sua complexidade, até mesmo para profissionais da área; 6º) que dava parabéns a Humberto Magnani Neto pela postura profissional e pela honestidade de seu posicionamento; 7º) que a equipe tinha experiência em licenciamento não só no Estado de São Paulo, como também em outros Estados do Brasil; 8º) que a audiência pública era uma oportunidade de consulta e que as questões que foram discutidas tanto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente como o CONSEMA e a CETESB devem levar em consideração; 9º) que reiterava que os estudos continham a análise da infraestrutura, principalmente nos aspectos relacionados com o serviço público, até mesmo porque, caso se pretenda trazer cem pessoas para a cidade, é preciso conversar antes com o Prefeito, negociar com ele, embora o ideal fosse contratar, em sua maioria, a mão de obra local, até mesmo porque economicamente é mais viável; 10º) que atualmente o processo de desapropriação tramita no âmbito do Poder Judiciário, prevalecendo sempre a negociação; 11º) que o compromisso é manter acesas as discussões, pois os questionamentos representam um desafio para que nos aprimoremos. Fernanda Amaral Sobral, vinculada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, comentou inicialmente que não era individualista a análise realizada pela CETESB, mas feita por uma equipe técnica multidisciplinar, constituída por sociólogos, biólogos, engenheiros e geólogos, além de contar com a participação de outros órgãos, entre os quais comitês de bacias – no caso deste empreendimento o Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema – e conselhos, aos quais solicitamos manifestações sobre as unidades de conservação existentes no entorno do empreendimento, como também da sociedade civil, que é ouvida não só durante as audiências, mas também em reuniões e consultas públicas, e que pode também colaborar com o projeto encaminhando sua contribuição ou através dos Correios ou do endereço eletrônico do CONSEMA – consema.sp@ambiente.sp.gov.br – ou protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Acrescentou que concluídas as análises e elaborados os estudos e ouvidos os órgãos e instituições que, de forma direta ou indireta, possuem interface com o empreendimento, essa equipe técnica elabora parecer técnico através do qual se posiciona indicando sua viabilidade ou inviabilidade ambiental. A súmula desse parecer é encaminhada ao CONSEMA junto com a convocatória de uma reunião plenária, para que os membros desse Colegiado examinem se, em decorrência de sua complexidade, esse empreendimento deverá ou não ser apreciado pelo Plenário. Em caso positivo, o Plenário avocar a si sua apreciação, em cujo contexto decidirá pela viabilidade ou inviabilidade ambiental do empreendimento, e, no primeiro caso, concederá a licença prévia. Todavia, caso o Plenário do CONSEMA não chame a si a apreciação desse empreendimento com base no parecer técnico elaborado pela CETESB, caberá a esta agência ambiental conceder ou não a licença prévia e, em caso afirmativo, dar prosseguimento ao processo de licenciamento. A Secretária-Executiva Adjunta, Cecília Martins Pinto, lembrou que a audiência pública é apenas uma etapa do processo de licenciamento, e que todas as questões formuladas, como também eventuais propostas, podem ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CONSEMA, devendo ser ou protocolizadas diretamente no setor ou a ele encaminhadas através de mensagem eletrônica consema.sp@ambiente.sp.gov.br) ou dos Correios – no prazo de cinco (5) dias úteis contados a partir da data em que realizada esta audiência. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br